

ATAS

13.^a CONFERÊNCIA FORGES 2023

22, 23 e 24 NOVEMBRO 2023

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E
OS GRANDES DESAFIOS DA HUMANIDADE
NO ESPAÇO DA LÍNGUA PORTUGUESA

ESTRATÉGIAS PARA UMA GESTÃO
ORIENTADA PELOS ODS



FORGES

Fórum da Gestão do Ensino Superior nos
Países e Regiões de Língua Portuguesa



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

APOIO INSTITUCIONAL



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

Título: Atas da 13.ª Conferência 2023: As Instituições de Ensino Superior e os Grandes Desafios da Humanidade no Espaço da Língua Portuguesa: Estratégias para uma Gestão Orientada pelos ODS
Autor: Associação FORGES
Editor: Associação FORGES
Edição: 1.ª
ISBN 978-989-35176-0-4

© Associação FORGES
Novembro 2023

Ficheiro otimizado para impressão frente/verso. Edição eletrónica em ficheiro PDF.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Luísa Rodrigues, Universidade de Lisboa
Anabela Cruz, Universidade Católica Portuguesa
Ana Vidal, Universidade Católica Portuguesa
Conceição Rego, Universidade de Évora
Marcelo Bizerril, Universidade de Brasília
Margarida Mano, Universidade Católica Portuguesa

COMISSÃO CIENTÍFICA

ANGOLA

Alfredo Buza, Universidade de Luanda
Bukusu Ndongala Hachim, Universidade de Luanda
Carlos Manuel Santos Teixeira, Universidade Agostinho Neto
Eugénio Silva, Universidade Agostinho Neto
José Luís Mateus Alexandre, Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla
Maria da Conceição Barbosa Mendes, Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela
Maria do Rosário Sambo, Universidade Agostinho Neto
Orlando da Mata, Universidade Mandume Ya Ndemufayo

BRASIL

Adolfo-Ignacio Calderón, Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Antonio Vico Mañas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
João Ferreira de Oliveira, Universidade Federal de Goiás
Josefa Sônia Fonseca, Universidade Estadual de Santa Cruz
Jusciney Carvalho Santana, Universidade Federal de Alagoas
Marcelo Bizerril, Universidade de Brasília
Márcia Ângela da Silva Aguiar, Presidenta da Fundação Joaquim Nabuco
Mário Luiz Neves de Azevedo, Universidade Estadual de Maringá
Naomar de Almeida Filho, Universidade Federal da Bahia
Paulo Speller, Unilab
Roberto Leher, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Simone Braz Ferreira Gontijo, Instituto Federal de Brasília
Sirlei de Lourdes Lauxen, Unicruz – Universidade de Cruz Alta

Os benefícios da unificação do processo de acesso ao ensino superior em Angola

Sebastião Lourenço dos Santos João

Universidade de Luanda
selosantos@live.com.pt

Tema 4 - Acesso, Diversificação e Internacionalização no Ensino Superior

O ensino superior é um direito do cidadão. O acesso ao ensino superior é um processo determinado pelos órgãos do Estado, propriamente o Governo (por decretos presidenciais e executivos) e o Parlamento (Lei 32/20). Observa-se que o DP. n.º 5/19, de 8 de Janeiro que, aprova o regulamento geral de acesso ao Ensino Superior é de âmbito abrangente (artigo 2.º) envolvendo Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, público-privadas e privadas. A existência da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) como coordenadora já indica a possibilidade de unificação do processo de acesso. Entretanto, o referido DP ainda deixa em aberto a realização dos exames por cada IES (artigos 6.º, n.º 8; 13.º e seguintes). Portanto, é preocupação deste estudo responder à questão: que benefícios trará a unificação do processo de acesso ao ensino superior em Angola? Objectiva-se conhecer os benefícios que a unificação do processo de acesso ao ensino superior trará para Angola. Entende-se que o exame de acesso ao ensino superior deve ser considerado como uma política pública na perspectiva de concurso público unificado e integral. Para Azevedo (2003) são duas as características principais das políticas públicas: a primeira busca do consenso em torno do que se pretende fazer ou deixar de fazer; a segunda está ligada a definição de normas e o processamento de conflitos, essa definição de normas pode ser tanto para a acção como para a resolução dos conflitos entre os indivíduos e agentes sociais. Metodologicamente, recorreu-se a um estudo comparativo entre duas realidades (Brasil e Portugal): Exame Nacional em Portugal (n.º 2, do artigo 12.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – Brasil (LDB n.º 9.396/96, Lei 9.448, de 14 de Março de 1997, Portaria n.º 438/1998). De acordo com Quinalia, et. al. (2013) o exame objetiva ser um instrumento de medição e avaliação, por parte do Estado, das competências e habilidades do jovem para sua inserção no mercado de trabalho e para a prática da cidadania, logo deve se configurar como uma política pública. Este é um estudo de aprofundamento teórico (Carmo, 2013), focando em abordagem qualitativa que, utiliza como técnicas a observação e a análise documental (Carmo e Ferreira, 2015). Adoptou-se, ainda, a proposta de análise de conteúdo de Vergara (2006), o método compreende três etapas básicas: (a) pré-análise; (b) exploração do material; (c) tratamento dos dados e interpretação. Em suma, são benefícios imediatos resultado desta reflexão: Nacional-nacionalismo e territorialmente integrado, Imparcialidade e igualdade no tratamento, Racionalidade e rigor, Transparência e publicidade. Entende que, se Angola unificar o exame de acesso haverá maior inclusão e evitar com que um candidato efectue duas provas no mesmo processo, inclusive em IES do mesmo sector, por exemplo, prova na Universidade Agostinho Neto e na Universidade de Luanda, podendo gerar coincidência e elevado stress aos candidatos. Portanto, a unificação iria permitir que a mesma nota obtida em uma IES pode ser considerada em outra IES, seja pública, público-privada ou privada.

Palavras-chave: Ensino Superior; Unificação do acesso; Angola; Equilíbrio e Equidade

Transmissão de dados via rede eléctrica

Augusto da Silva Sachonga

Universidade de Luanda
centromayabeque@gmail.com

Tema 5 - Transição Digital no Ensino Superior e Inteligência Artificial

Este artigo descreve os conceitos fundamentais e análise da utilização das tecnologias PLC (Power Line Communications), HomePlug e Smart Grid, e é motivado por um crescente interesse na aplicabilidade das linhas de energia como meio alternativo de propagação de sinais de comunicação. Com o desenvolvimento da tecnologia PLC, que permite transmissões de sinais elétricos e de dados em redes de distribuição de energia, surge mais uma opção de conectividade em banda larga, além dos sistemas existentes, como wireless, de satélite e cabos coaxiais das operadoras de TV por assinatura. Fez-se uma descrição dos principais conceitos (modulação e multiplexação), técnicas utilizadas para a transmissão de dados por meio da rede eléctrica. Portanto, é comprovado que o uso da rede eléctrica para a transmissão de dados em altas frequências é uma alternativa relativamente barata para as redes de acesso. Todavia, em razão de que os cabos eléctricos não serem meio ideal para essa transmissão, uma série de problemas surgem, devendo ser contornados para uma comunicação satisfatória. Ocorre que se a taxa de dados desejada for muito elevada, o tempo de transmissão de cada bit se tornará bastante exíguo, favorecendo os erros provenientes de ruído impulsivo, reflexão de sinais e outros. Se elevados, esses problemas podem inviabilizar a comunicação. Para este propósito surge a técnica OFDM pelo facto desta ser uma técnica que tem sido largamente utilizada, em sistemas de comunicações digitais.

Pode-se afirmar que a tecnologia PLC possibilita desenvolver diferentes aplicações, gerando, como consequência, inovações tecnológicas. A utilização da rede PLC tem como principais vantagens a Infraestrutura de cabeamento pronta; Alta taxa de transmissão de dados; Desenvolvimento de novas técnicas de transmissão digital de dados; - Solução last meters (transformação da rede eléctrica de distribuição predial ou residencial em uma rede local de dados); Facilidade de uso e na implementação do sistema PLC; Cada tomada é um ponto de acesso de uso simples e descomplicado; Baixo custo e alto desempenho para redes de telecomunicações; Alternativa de acesso à banda larga promovendo a competição no segmento de prestação de serviço e inclusão digital.

Para Angola e os países Africanos a tecnologia está sendo mostrada como uma alternativa para o provimento da inclusão digital em regiões menos favorecidas, como a zona rural e locais mais distantes.

A tecnologia PLC é um sério competidor da rede atualmente disponível no mercado das telecomunicações, e conseqüentemente da inclusão digital da sociedade, portanto, pode ser uma oportunidade de fazer chegar à casa do assinante a conexão com a Internet em banda larga. Assim, futuramente grandes possibilidades de parcerias já são vislumbradas entre concessionárias de energia eléctrica e de telecomunicações.

Neste trabalho foram usados métodos Teóricos (Indutivo – dedutivo) e Empíricos (Entrevista, Inquérito e Experimento).

Palavras-chave: Comunicação de Dados, Rede Eléctrica, Tecnologia PLC, Meios de comunicação.

Conectividade das Instituições de Ensino Superior em banda larga em Angola através da rede eléctrica usando a tecnologia PLC

Augusto da Silva Sachonga

Universidade de Luanda
centromayabeque@gmail.com

Tema 5 - Transição Digital no Ensino Superior e Inteligência Artificial

Hoje vivemos numa era de transição digital e a Universidade e o Ensino Superior em geral são chamados a acompanhar este movimento para actualizar todos os seus processos de funcionamento, para tal são necessários que se tenham as melhores conexões de internet (banda larga) para acesso às plataformas disponíveis para o ensino, transmissão e recepção de dados. Angola e África em geral ainda apresentam conexão à internet com preços muito elevados e é necessário encontrar as melhores e mais baratas formas de acesso à rede, é aqui que as tecnologias PLC (Power Line Communications), HomePlug e Smart Grid, é motivado por um crescente interesse na aplicabilidade das linhas de energia como meio alternativo de propagação de sinais de comunicação. Com o desenvolvimento da tecnologia PLC, que permite transmissões de sinais eléctricos e de dados em redes de distribuição de energia, surge mais uma opção de conectividade em banda larga, além dos sistemas existentes, como wireless, de satélite e cabos coaxiais das operadoras de TV por assinatura. Neste trabalho é feito um estudo e a comprovação do uso da rede eléctrica para a transmissão de dados em altas frequências e é uma alternativa relativamente barata para as redes de acesso. O Ensino Superior apresenta novos paradigmas, novas modalidades de ensino como Learning e Blended Learning, caracterizado por Flexível, Estruturado, Centrado no estudante, com um sistema de actividades presenciais e Independente ou a distância e a tecnologia em causa ajudará a conectividade a preços acessíveis as redes das Instituições do Ensino Superior e facilitar o trabalho dos autores do processo do ensino e aprendizagem, usando os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e outras ferramentas.

A tecnologia apresenta várias vantagens como: a Infraestrutura de cabeamento pronta; Alta taxa de transmissão de dados; Desenvolvimento de novas técnicas de transmissão digital de dados; Facilidade de uso na implementação; cada tomada é um ponto de acesso de uso simples e descomplicado; Baixo custo e alto desempenho para redes de telecomunicações; gerando, como consequência, inovações tecnológicas, transição digital assim como Machine learning: chamado de aprendizado de máquina, do funcionamento da inteligência artificial.

Para Angola e os países Africanos a tecnologia está sendo mostrada como uma alternativa para o provimento na conectividade em banda larga das Instituições de Ensino Superior nomeadamente: Universidades, escolas, centro de investigação e em casas dos assinantes. Neste trabalho foram usados métodos Teóricos (Indutivo – dedutivo) e Empíricos (Entrevista, Inquérito e Experimento).

Palavras-chave: Comunicação de Dados, Rede Eléctrica, Tecnologia PLC, Meios de comunicação.

Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior Angolano: Desafios e Perspectivas

Alfredo Gabriel Buza | Juliana Lando Canga

Universidade de Luanda

buzaalfredo@yahoo.com.br | jlcanga06@gmail.com

Tema 8 - Gestão, Liderança, Governo e Qualidade no Ensino Superior

Passados pouco menos de três anos da entrada em vigor do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior, revogando o Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, urge fazer uma avaliação sobre a sua implementação e os resultados obtidos até ao momento. Este consiste no objectivo da presente comunicação, cujo alcance é analisar no período entre a entrada em vigor do diploma até ao presente momento, quais os desafios actuais e as perspectivas futuras. Como método de estudo, foram utilizados a revisão bibliográfica na base da legislação que regula o Subsistema do Ensino Superior o sistema de Educação como um todo, assim como dos diferentes eventos e acontecimentos que ocorreram no período de Dezembro de 2020 até ao presente momento. Os resultados obtidos permitiram concluir que o Regime Jurídico impactou de forma positiva o ensino superior em Angola, pois com a sua aprovação, e simultaneamente, do Decreto Presidencial n.º 309/20, de 7 de Dezembro, que aprova o Regulamento Geral Eleitoral; abriu caminho para a aprovação dos Estatutos Orgânicos das novas Instituições do Ensino Superior criadas em razão da Reorganização da Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior (Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de Outubro), assim como a revisão dos Estatutos Orgânicos das instituições que existiam antes da reorganização; e criaram-se as condições regulamentares para o despoletar dos diferentes processos eleitorais nas instituições de ensino superior. Todavia, ficaram identificados alguns desafios que se colocaram no âmbito do processo transitório de gestão; da representatividade da comunidade académica na instituição e a valorização desta representatividade; dos elementos objectivos de gestão colegial; da redefinição do espaço do Órgão de Tutela diante da autonomia das instituições, entre outros. Porém, as perspectivas são muito positivas, considerando que os órgãos de gestão singular ganharam mais estabilidade por ser um provimento por eleição, na maioria dos casos, em detrimento da nomeação que vinha sendo a prática dos últimos anos, aliada a uma necessidade mais próxima de prestação de contas à comunidade; os órgãos colegiais vão ganhando mais protagonismo, com destaque para a participação dos estudantes na vida da instituição.

Palavras-chave: Angola, Ensino Superior, Gestão, Regulamentação